

HISTÓRIA ECONÔMICA E OS CICLOS ECONÔMICOS DO CAPITALISMO À LUZ DA FORMAÇÃO DA EUROPA

IX Encontro Brasileiro de História Econômica e 10ª Conferência Internacional de História de Empresas - 4. História Econômica Geral e Economia Internacional

Tatiana Belanga Chicareli, Doutora em
Desenvolvimento Econômico – Concentração em
História Econômica – Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP)
E-mail: tatinabel@gmail.com

Uallace Moreira Lima, Doutorando em
Desenvolvimento Econômico – Concentração em
História Econômica - Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas
(IE/UNICAMP). Email: uallacemoreira@gmail.com

Resumo

O propósito deste trabalho é contribuir para a historiografia econômica sobre o debate existente entre historiadores econômicos e economistas acerca da existência dos ciclos econômicos no capitalismo, levando em consideração a formação e gênese da Europa. Para isso, realiza-se uma discussão a partir da visão de historiadores econômicos como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein e, simultaneamente, economistas como John M. Keynes, Michal Kalecki e Joseph Schumpeter, tendo como questão central a existência de ciclos de curto prazo e longo prazo na economia capitalista, assim como colocar em evidência se são os fatores endógenos ou exógenos que determinam o movimento cíclico da economia capitalista.

Palavras-chave: Ciclos Econômicos, Curto Prazo, Longo Prazo, Europa, Capitalismo.

Abstract

The purpose of this study is to contribute to the economic historiography debate between economic historians and economists about the existence of economic cycles in capitalism, taking into account the Europe's formation and genesis. The discussion is based on the vision of economic historians such as Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, and simultaneously, economists as John M. Keynes, Michal Kalecki and Joseph Schumpeter, having the existence of cycles of short-term and long term as central question, and to highlight whether they are endogenous or exogenous factors that determine the cyclic movement of the capitalist economy.

Keywords: economic cycles, Short Term, Long Term, Europe, Capitalism.

Introdução

O propósito deste trabalho é contribuir para a historiografia econômica sobre o debate existente entre historiadores econômicos e economistas acerca da existência dos ciclos econômicos no capitalismo, levando em consideração a formação e gênese da Europa. O estudo dos ciclos econômicos é permeada da divisão da economia-mundo no horizonte temporal e por motivo este a gênese da Europa e a análise das formações histórico econômicas são importantes para as posteriores teorias econômicas advindas de estudos sobre os ciclos econômicos. Assim, foi possível integrar nesse artigo historiadores tais como Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein, e, simultaneamente, economistas como John M. Keynes, Michal Kalecki e Joseph Schumpeter.

A análise da evolução da escrita da história econômica, atentando para sua evolução e indispensabilidade para a compreensão dos fatos econômicos em si, da ciência econômica pura, assim como uma resumida descrição da gênese da Europa, o que é considerado Europa ao longo dos séculos nas palavras dos historiadores econômicos, é de fundamental importância para oferecer subsídios de caráter histórico para a discussão sobre os estudos dos ciclos econômicos seculares na Europa, com o intuito de compreender a economia-mundo em suas delimitações temporais, pois acredita-se que o estudos sobre os ciclos propiciam elementos importantes que explicam a formação e evolução da economia-mundo capitalista.

Deste modo, o artigo é dividido em cinco partes, quais sejam: História, História Econômica e tendências, A formação da Europa e suas diversas etapas, Uma síntese da Economia-Mundo Capitalista em Braudel, Reflexão e Ponderações sobre a divisão da Economia-Mundo Capitalista a partir da utilização dos Ciclos Econômicos e Conclusões.

História, História Econômica e tendências

A própria definição de História Econômica, dado o caráter multi ou interdisciplinar implícito em seu próprio nome, conduz a divergências. Alguns dirão de que não há uma história estritamente econômica já que o fato social é global. Isolar o econômico pode ser um procedimento analítico plausível, porém não permite afirmar sua autonomia diante da totalidade do fato social. No pólo oposto, alguns economistas podem afirmar que a história econômica consiste na aplicação da teoria econômica e dos métodos econométricos aos fatos

do passado. Neste caso, prevaleceria a universalidade da teoria econômica sobre a particularidade do fato histórico. Desse modo, é possível encontrar as mais diversas definições de História Econômica.¹

Segundo Cipolla (1988), a disciplina chamada história econômica é a história dos fatos e dos acontecimentos econômicos a nível individual, empresarial, ou coletivo. Significa que na análise histórico-econômica, é necessário ter em conta não apenas os dados de natureza puramente econômica, mas também as características fisiológicas e psicológicas próprias do homem, a sua racionalidade bem como a sua irracionalidade e as suas características mentais, sociais e culturais, quer a nível individual, quer coletivo. Para Asa Briggs, por exemplo, “A História Econômica é o estudo da rede de relações econômicas em transformação e dos aspectos econômicos das instituições sociais do passado”. Enfim, História, economia, sociologia, política, urbanismo e outras disciplinas podem dar importantes contribuições para o que podemos entender de modo mais estrito como História Econômica².

Não é incomum depararmos com a dificuldade em definir História Econômica, dada a própria complexidade da definição de História como ciência, como disciplina, assim como atribuir um sentido da história.

Nessa temática, Marc Bloch inaugurou a noção de “história como problema”, para ele, a história não deveria ser entendida como uma “ciência do passado”, uma vez que “passado não é objeto de ciência”. Ao contrário, era no jogo entre a importância do presente para a compreensão do passado e vice-versa que a conclusão coloca-se: a história seria talvez a “ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo”. Segundo Lucien Febvre, com o qual Marc Bloch fundou em 1929 a escola dos *Annales* (que teve papel fundamental na constituição de um novo modelo de historiografia), a “história era filha de seu tempo”, o que já demonstrava a intenção do grupo de problematizar o próprio “fazer histórico” e sua capacidade de observar³.

¹L’histoire dite économique, en train seulement de se construire, se heurte à des préjugés : elle n’est pas l’histoire noble. L’histoire noble, c’est le navire que construisait Lucien Febvre. Noble ou non noble, ou moins noble qu’une autre, l’histoire économique n’en pose pas moins tous les problèmes inhérents à notre métier : elle est l’histoire de ceux que l’on considère comme les grands acteurs ; l’histoire de la conjoncture et des crises, et enfin l’histoire massive et structurale évoluant lentement au fil de la longue durée. (BRAUDEL, La Dynamique du capitalisme, 1985, p. 11)

² Para Joseph Schumpeter, a história econômica não pode ser puramente econômica. Segundo citado em BRAUDEL, F. As divisões do espaço e do poder na Europa. In: *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*, vol. 3.; Schumpeter dizia que há três maneiras de estudar a economia – pela história, pela teoria, pela estatística -, mas que, se tivesse que recomeçar sua carreira, seria historiador.

³ C’est le moment aussi où les « Annales » font l’impitoyable critique de la notion de fait historique. Il n’y a pas de réalité historique toute faite, et qui se livrerait d’elle-même à l’historien. Comme tout homme de science, celui-ci doit, selon le mot de Marc Bloch. « face à l’immense et confuse réalité », faire « son choix » - ce qui,

Para o historiador francês, o passado era uma “estrutura em progresso”, e sua frase, talvez mais lembrada, seja a de que mesmo o mais complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. Marc Bloch nos remete então a mais algumas questões importantes, no que tange a escrita da história. Primeiramente, a questão dos documentos, dados empíricos que sirvam de apoio para escrever história, sem deixar dúvidas que estes não devem tornar-se a história em si, através de uma simples apresentação destes, quando a interpretação é posta em xeque como ofício do historiador.

A segunda questão levantada por Marc Bloch, a importância do passado para a compreensão do presente, assim com o inverso. Uma via de mão dupla, que coloca o historiador como um questionador do seu próprio tempo, em busca de uma explicação da sociedade em que está inserido, uma relação intrínseca entre o autor, sua obra, e o meio. Um ótimo exemplo nos serviu Lucien Febvre na publicação das notas manuscritas do curso proferido no Collège de France em 1944-1945 com o título *A Europa, gênese de uma civilização*. A própria busca da noção atual de Europa em Febvre, frente à sua atualidade de Guerra, onde esta Europa está fragilizada, o faz questionar a Europa como o resultado de uma lenta elaboração de quinze séculos de história.

Do nome “Europa”, invenção abstrata e mítica dos gregos, à noção, real, viva e muitas vezes comprometida de uma unidade de civilização, era o “rascunho de uma pesquisa de conjunto sobre a gênese da Europa e da civilização européia” que o autor esboçava no final da Segunda Guerra Mundial.

Febvre vai delineando o que é considerado Europa ao longo dos tempos, não como simples divisão geográfica do Globo terrestre. Febvre chama Europa não uma formação política definida, reconhecida, organizada, dotada de instituições fixas e permanentes, mas a formação com a qual os europeus, ou pelo menos alguns europeus, puderam às vezes sonhar e da qual, em consciência, questiona se está destinada a se tornar realidade ou condenada a permanecer em sonho.

A Europa tal como vai se definindo é uma criação da Idade Média; uma unidade histórica que, como todas as outras unidades históricas, é feita de diversidades, de pedaços, de entulhos arrancados de unidades históricas anteriores, elas mesmas feitas de pedaços de entulhos, de fragmentos de unidades anteriores.

A noção de Europa nasceu não de uma série de observações diretas e de explorações, da tomada de consciência pelos gregos de uma realidade que se impunha. Nasce de uma visão

évidemment, ne signifie ni arbitraire ni simple cueillete, mais construction scientifique du document dont l'analyse doit permettre la reconstitution et l'explication du passé. (LE GOFF, Jacques;, 2006, p. 41)

teórica de um mito geográfico, o mito da terra arredondada, em forma de disco, cercada por um oceano exterior circular, atravessado por um mar interior, o Mediterrâneo, no sentido próprio do termo. A Europa estava no Mediterrâneo, a civilização européia foi a civilização⁴ mediterrânea, esta cujos elementos encontram-se pela primeira vez entre qualquer dos grandes povos que viveram à margem do mediterrâneo.

A Europa atual, nas palavras de Marc Bloch, repetidas como afirmação por Febvre: “A Europa surgiu quando exatamente quando o Império romano desmoronou”. Porém, não de imediato, sua gênese foi longa, lenta e progressiva. O Império Romano desmorona lentamente, assim como a Europa surgiu, e hoje, a noção de Europa, de seu surgimento e de sua atualidade, é uma noção de crise. Segundo Febvre, essa Europa cuja unidade econômica e cultural tantos homens desse tempo querem imaginar, quiseram imaginar e fazer admitir por todos; uma unidade suficientemente forte para que fosse capaz de continuar dominando o planeta como pelo passado, sob a direção de algumas grandes potências.

O Império Carolíngio, de Carlos Magno que deu o primeiro formato válido àquilo que chamamos de Europa, diferente do Império Romano, que tinha como eixo e centro o Mediterrâneo. O Império Carolíngio é um império territorial, um império continental e não mais marítimo, rural, de camponeses e rusticidades. Os elementos constitutivos essenciais para a definição de Europa, não como uma noção geográfica, mas uns ideais encontram-se presentes no século IX, no Império Carolíngio, a noção política e cultural, tendo a cristandade o sentido de formação unitária, agrupando homens de todas suas diversidades, com o caráter de uma fé comum. A cristandade se estende por Estados que ela deve incessantemente vigiar, controlar, reunir, assumindo acima de todos os Estados, o papel de super-Estado. Acima da coleção díspar de reios e principados espalhados, fazem um mundo ordenado, coerente e que se sente como tal. O ideal cristão é o instrumento mais poderoso e mais forte de unificação européia.

A primeira forma de que a Europa se revestiu foi a que o Império Carolíngio lhe deu, mas que não durou, e o que apareceu foi o que se chama de estados de decomposição feudal, o esmigalhar de uma parte do mundo ocidental em pequenas dominações que diminuem o Estado às proporções de uma propriedade e que é denominado, feudalidade. A feudalidade coincide com o brusco ímpeto de energia que se manifesta na maior parte das sociedades

⁴ “A civilização, para o historiador, é a parte comum, a parte que une e aproxima, que traduz a necessidade que têm todas as sociedades humanas, e a necessidade de se imitar reciprocamente, de imitar ao menos aquelas entre elas que têm mais prestígio, mesmo quando essa imitação é paga, como acontece, por uma diminuição do conforto verdadeiro.” (FEBVRE, 2004, p. 68)

ocidentais, o ímpeto de um grande aumento de natalidade, no século XI. A feudalidade é o contrário da unidade, é a multiplicidade, que é complexidade.

No século XII encontra-se a Europa das cidades em meio aos campos, homens, de um vigor singular que enriquecem o patrimônio humano como uma nova espécie, o mercador, e que já possuem um espírito próprio, de ganho, ou o que chamamos de espírito capitalista. As cidades, as burguesias das cidades são um elemento novo que se acrescenta aos castelos, às senhorias, ao mundo camponês. E é então, é dessa adição, dessa dualidade que resulta finalmente a Europa, que não é somente uma realidade geográfica, mas uma realidade social, antes de ser uma realidade política.

Nos séculos XIII, XIV e XV, o Ocidente está modelado pelo oriente, ou seja, o Ocidente deixa de se sentir inferior ao Oriente. Tempo em que um progresso realizado pela Europa, que se considera daí em diante superior à Ásia. Contra a Ásia, mas também graças a ela a Europa se fez e pouco a pouco a época moderna vai ver a Europa impor seu costume, seus usos, sua polidez.

A Europa começa a sair do seu limbo, se afirma no domínio econômico, que não tem unidade política, cuja unidade vem toda de sua fé, sua religião, cujos sinais e símbolos ela apresenta ao estrangeiro sobre as faces de suas moedas de ouro. Mais do que dominar, ela trabalha, produz, cria e exporta, e assim é suficientemente forte para que seu peso, daí em diante, se faça sentir no domínio das trocas. É o começo de um florescimento europeu que está em primeiro lugar e antes de tudo um florescimento econômico.

O século XVI é o século da Reforma, onde os Estados reivindicam a cristandade única. O Renascimento humanista tende a substituir a pátria cristã por uma pátria das elites, a pátria greco-latina do humanismo. A noção medieval de cristandade já caduca e condenada como noção pelo tempo e pela história; mas uma noção como a de cristandade, que durante séculos sustentou as especulações políticas, históricas e geográficas dos homens do Ocidente, não se desmancha de uma vez sem resistência. A idéia do equilíbrio europeu que aparece não é uma idéia positiva, mas negativa, no sentido de reação contra um mito, o mito da Dominação Universal, mostrando que a Europa não é uma coisa simples e não surgiu homogênea.

No fim do século XVI e início do XVII, surge a noção de Europa cultural e política. Agora há Estados monárquicos regulares, ordenados, controlados, e no âmbito desses Estados, nações que se preparavam, se elaboravam. Começa a nascer uma espécie de mecânica político-social que se propõe a reduzir o universo político a um sistema de forças capazes de ser medidas, definidas, ajustadas, um complexo de forças, definindo uma civilização. Cada uma das unidades políticas que se rivalizam entre si constitui como uma

economia fechada, pois para que os mercantilistas uma nação não pode enriquecer e se fortalecer a não ser à custa das outras nações.

Europa de “três encarnações” antes da guerra atual⁵, a primeira a Europa organismo político, das nações rivais. Segunda, a Europa pátria, acima das nações rivais; a terceira, Europa de refúgio, contra as nações rivais. Europa, o agrupamento de potências contra a potência que se desenvolve e que, ao desenvolver-se, ameaça destruir o equilíbrio arduamente obtido pelas outras potências.

No século XVIII, há algo burguês, e não de aristocrático nas propostas de bom senso, relembrando que a civilização tem fortes bases materiais. Este século experimenta uma espécie de parada amigável entre o fanatismo religioso que termina e o capitalismo consolidado que ainda não está lá. Neste século, a Europa é uma noção de ricos, educados, letrados, cultivados, mas que ao final dele, o ideal que se pede é o de nação, uma consciência comum, o desejo conviver em fraternidade política, o amor e o orgulho do nome que serve de signo e de ligação comum. Nasce, portanto um ideal que é territorial e político, a nação vem à frente, da qual emana a lei, antes se dizia: uma fé, um rei, uma lei, mas em 1789 o que era real se torna nacional, passa-se a: Nação, lei, rei. Nação, portanto, é uma palavra revolucionária, antes da Revolução, tudo é Europa, após, não é mais de Europa que se trata, mas de povo.

A Europa das nacionalidades vai encher o mundo durante um século de revoluções, de problemas e de guerras. É a Europa das nacionalidades, com o agravante de que há nacionalidade por toda parte onde ainda não existe nação. A nacionalidade é a constituição dos povos que ainda não atingiram o estágio de nação. É um grupo humano que aspira ou a formar uma nação autônoma, ou fundir-se, por afinidade numa nação já existente. É uma nação virtual, a quem falta um Estado que lhe pertença ou que seja livremente aceito por ela.

A Europa é de fato uma etapa necessária na estrada, imensa, interminável, das esperanças e desesperos humanos? Ou inútil, perigosa talvez, e se é preciso aspirar a um ideal diante de si, levantar um ideal de fraternidade e de união não mais europeu, mas mundial?

A Formação da Europa e suas Diversas Etapas

Lucien Febvre descreve muito bem as noções que a palavra Europa adquire ao longo do tempo. Um tempo que remete aos séculos, e que substancialmente favorece o maior e mais

⁵ Segunda Guerra Mundial.

generalizado entendimento de como a atualidade, tanto do Ocidente, quanto do Oriente, deve-se voltar aos acontecimentos longínquos que datam do desmoronamento do Império Romano.

É a partir deste ponto que a trajetória começa, para a primeira noção de Europa nos moldes que o Império Carolíngio lhe deu, mas que não perdurou, levando o que se chama de Europa ao tempo da feudalidade⁶.

Algumas questões pertinentes colaboram para situar melhor as discussões pertinentes estudadas ao longo do curso. A questão da transição do feudalismo para o capitalismo, e todo o debate por ela gerada, é sutilmente tocada. Vejamos o caso da cristandade por Febvre colocada; segundo ele, o Império de Carlos Magno só é possível através da intervenção direta e apoio da Igreja, esta, claramente tratando de garantir sua posição de superioridade. É, portanto, que a cristandade é a base da civilização feudal, e sua força no combate à heresia, acaba por deteriorar e destruir a ligação do que era Europa às margens do Mediterrâneo com as outras áreas por ele ligadas. A Europa se internaliza, e ao mesmo tempo incorpora os povos nórdicos no grande território “vazio”, que vai se preenchendo a medida que as organizações dos feudos se concretizam, tendo a cristandade o sentido de formação unitária, agrupando homens de todas suas diversidades, com o caráter de uma fé comum.

Para Febvre, a feudalidade, coincide com o ímpeto de um grande aumento de natalidade no século XI. A questão demográfica está presente nos debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, que não é detalhada nesta obra como dentre os autores mais recorrentes no debate: Brenner⁷, Bois, Hilton, Aston, entre outros.

Porém, Febvre atenta para a existência de um novo homem, no século XII, o mercador, que já possui um espírito de ganho, segundo suas palavras, o que chamamos de espírito capitalista.

⁶ Sua falta de detalhamento em termos de especificidades de cada período é não somente compreensível - dado que o intuito das aulas eram de lançar uma luz acerca dos problemas da Europa em meio a Segunda Guerra Mundial, e seus questionamentos quanto a necessidade ou inutilidade de tal afirmação – como profícuo se visto o trabalho como um panorama global bem feito das mentalidades que percorreram os quinze séculos de Europa.

⁷ Segundo Brenner, “[...] Ninguém pode negar que um incremento demográfico contínuo, ante a queda da produtividade do trabalho, cedo ou tarde gera desequilíbrio entre população e recursos e, em última instância, em empobrecimento generalizado, fome e morte. [...], como tampouco podemos duvidar que a maior parte da Europa ocidental, na época medieval, se caracterizou pela manifestação de um grande ciclo agrário de dupla fase. *O que se questiona é a utilidade do modelo malthusiano para se definir com precisão os limites e especificidades deste grande ciclo agrário*” (BRENNER, Robert., 1985, pp. 222-3). Portanto, Brenner não questiona a manifestação desse fenômeno na Idade Média, e sim as relações de causa e efeito propostas pelos adeptos do modelo demográfico, e em especial a tese do “reajuste homeostático”: “Mas, na verdade, este requisito prévio não teve de se cumprir necessariamente na Europa pré-industrial, *já que a produção e a distribuição estavam muito condicionadas pelas relações de extração do excedente entre senhores e camponeses*” (BRENNER, Robert., 1985, p. 223)

Brenner⁸ atenta também, para a expansão do comércio vinculada as necessidades crescentes de consumo da classe dirigente, num primeiro momento, beneficiando os senhores, mas como tendência a longo prazo, a desestabilização da própria sociedade feudal.⁹

Durante os séculos XIII, XIV e XV, a Europa vai afirmando seu domínio econômico, e ao longo do século XVI, Marx já situa os primórdios da era capitalista: num organismo que nasce, mesmo que ainda esteja longe de ter desenvolvido todas suas características, traz em si essa expansão potencial, e seu nome já lhe pertence.

É neste século XVI, bem explorado por Febvre, que os Estados rebelam-se contra a cristandade única, quando a noção medieval de cristandade está caduca e condenada, efeito do tempo e da história, mas uma noção que não se desmancha sem resistência.

O mesmo longo século XVI de Wallerstein; do caos, sem uma lógica muito clara. Para ele, o período XV-XVI assiste à formação da “economia-mundo¹⁰” européia, sendo suas principais ligações as econômicas, e não políticas, e a Monarquia Absolutista como a causa e consequência da “economia-mundo”. Febvre não entra em tal discussão minuciosa, no entanto, aponta para a superioridade que vê crescer na Europa dos séculos XIII, XIV e XV, esta suficientemente forte para que seu peso passe a se sentir no domínio das trocas.

Sendo o século XVI marcado pelo Renascimento humanista que tende a substituir a pátria cristã por uma pátria de elites, a pátria greco-latina, segue-se o surgimento, no fim deste século e início do XVII, da noção de Europa cultural e política, agora com os Estados monárquicos regulados, ordenados, controlados, e no âmbito desses, nações que se preparavam, se elaboravam. Começa a nascer uma espécie de mecânica político-social que se propõe a reduzir o universo político a um sistema de forças, estas, capazes de serem medidas, definidas, ajustadas, um complexo de forças, definindo uma civilização. Cada uma das unidades políticas que se rivalizam entre si constitui como uma economia fechada, pois para

⁸ “[...] É em função das relações de propriedade ou de extração do excedente que se definem as classes fundamentais em uma sociedade: de um lado, a(s) classe(s) dos produtores diretos e, de outro, a(s) classe(s) dos que extraem o excedente ou a classe dirigente. Minha argumentação fundamenta-se nesta conceitualização e pretende defender que as diferentes estruturas de classe e, mais concretamente, as relações de propriedade ou de extração do excedente, uma vez estabelecidas, *tendem a impor possibilidades e limites estreitos, verdadeiros modelos de longa duração do desenvolvimento econômico de uma sociedade.*” (BRENNER, Robert., 1985, pp. 11-2)

⁹ “É por uma crise dos rendimentos senhoriais que a Idade Média termina e começam os tempos modernos”. (BLOCH, 2002)

¹⁰ Origem da palavra alemã *Weltwirtschaft*.

A *economia-mundo* envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica.

« [...] une *Weltwirtschaft* à elle seule, une économie-monde, on dirait aussi bien, en allemand : *ein Welt für sich*, un monde en soi » (BRAUDEL, La Dynamique du capitalisme, 1985, p. 85)

que os mercantilistas; uma nação não pode enriquecer e se fortalecer a não ser à custa das outras nações.

A própria busca da noção atual de Europa em Febvre, frente à sua atualidade de Guerra, onde esta Europa está fragilizada, o faz questionar a Europa como o resultado de uma lenta elaboração de quinze séculos de história.

O século XVIII relembra a civilização de fortes bases materiais. É segundo Febvre uma espécie de “respiro” entre o fanatismo religioso que termina e o capitalismo consolidado que ainda não está lá. A consolidação, datada, do capitalismo não aparece nesse trabalho como ponto crucial. Sua importância não é negada, mas dado o intuito da escrita, o ideal territorial e político tendo a nação à frente, da qual emana a lei, o real tornando-se nacional em 1789, apresenta-se essencial. Antes da Revolução tudo era Europa, após, não é mais, a palavra nação, uma palavra revolucionária, não se trata mais de Europa, mas de povo; a Europa das nacionalidades.

Chega-se ao ponto questionador, frente a realidade das nacionalidades que encheram o mundo durante um século de revolução, problemas e guerras, qual a utilidade de Europa, a Europa como um ideal de fraternidade e união?

Dentro das três encarnações da Europa apresentadas por Febvre, antes da Segunda Guerra Mundial, as relações e resultados apresentam-se contemporaneamente como, talvez, um perigo, o perigo da busca que atravessa séculos, da Europa como esse ideal de fraternidade, e se não mais Europa, o mundo; onde todas as relações da esfera da existência humana podem gerar resultados pouco desejáveis, muito além da aspiração romântica que se apresentam.

Em suma segundo Wallerstein (1974) foi no final do século XV e princípios do século XVI que apareceu aquilo a que podemos chamar uma economia-mundo europeia. Ela não era um império mas, no entanto, era tão extensa como um grande império e partilhava algumas das suas características. Mas era diferente, e nova. Era uma espécie de sistema social que o mundo ainda não conhecera realmente antes e que constitui a característica distintiva do sistema mundial moderno. Era uma entidade econômica, mas não política, ao contrário dos impérios, cidades-estados e nações-estados. De fato, ela continha precisamente dentro dos seus limites (é difícil falar de fronteiras) impérios, cidades-estados e “nações-estados” em ascensão. Era um sistema-“mundial”, não porque contivesse todo o mundo, mas porque era mais lata do que qualquer unidade política juridicamente definida. E era uma “economia-mundo”, porque as ligações básicas entre as partes do sistema eram econômicas, embora

fossem reforçadas em alguma medida por laços culturais e eventualmente, como teremos ocasião de ver, por arranjos políticos e inclusivamente, estruturas confederadas.

A análise da evolução da escrita da história econômica, atentando para sua evolução e indispensabilidade para a compreensão dos fatos econômicos em si, da ciência econômica pura, assim como uma resumida descrição da gênese da Europa, o que é considerado Europa ao longo dos séculos nas palavras dos historiadores econômicos, é de fundamental importância para oferecer subsídios de caráter histórico para a discussão sobre os estudos dos ciclos econômicos seculares na Europa, com o intuito de compreender a economia-mundo em suas delimitações temporais, pois acredita-se que o estudo sobre os ciclos propiciam elementos importantes que explicam a formação e evolução da economia-mundo capitalista.

Uma Síntese da Economia-Mundo Capitalista em Braudel

Na obra, *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*¹¹, de Fernand Braudel, no primeiro capítulo, *As Divisões do Espaço e do Tempo na Europa*, o autor estabelece uma relevante discussão sobre o conceito e a definição das economias-mundos, apresentando uma abordagem em que se busca discutir aspectos econômicos e não-econômicos da economia-mundo com o objetivo de diligenciar um maior entendimento da formação e evolução do capitalismo enquanto um sistema em suas várias dimensões (econômico, político, social e cultural)¹². Entretanto, um aspecto de grande relevância levantada por Braudel foi analisar a economia-mundo a partir de uma perspectiva espacial e temporal.

A divisão espacial da economia-mundo é feita por Braudel levando em consideração algumas regras tendenciais que possibilitem a visualização do espaço limite que ele ocupa. A primeira regra, são os limites de expansão da economia-mundo que propiciam uma divisão aproximadamente evidente das fronteiras do seu espaço. A segunda regra que delimita o espaço da economia-mundo é a existência de uma cidade capitalista dominante, a qual é considerada o pólo urbano, o centro da movimentação econômica da economia-mundo, onde também tem como característica primordial a substancial diversificação social, ou seja, a presença de diversos segmentos de classes de uma sociedade capitalista em formação. A

¹¹ (BRAUDEL, *Civilização material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII*, 1996)

¹² « C'est le but Du troisième et dernier volume de mon ouvrage, qui s'intitule : *Le Temps du monde*. Le titre suggère, à lui seul, mon ambition : lier le capitalisme, son évolution et ses moyens, à une histoire générale du monde » (BRAUDEL, *La Dynamique du capitalisme*, 1985, p. 83)

terceira regra apresentada por Braudel é a hierarquização da economia-mundo. Essa hierarquia é estabelecida a partir da existência de um centro numa economia de mercado capitalista, mesmo que ainda incipiente, mas onde já predomina uma relação de subordinação das zonas periféricas em relação ao centro.

Com o objetivo de analisar a economia-mundo não apenas numa perspectiva econômica, Braudel aponta para as relações sociais e a ordem cultural como elementos organizadores do espaço da economia-mundo e essenciais para a sua compreensão, assim como o é a economia. A história da civilização, com suas tradições religiosas, costumes, princípios éticos e morais, formam uma civilização-mundo que se interpenetra com a economia-mundo propiciando o amadurecimento do sistema mundo.

Após fazer a divisão da economia-mundo num plano espacial, Braudel aponta para a necessidade de não se limitar apenas a esse tipo de análise, assim como fez Wallerstein, mas ir mais além e pesquisar o sistema mundo a partir da perspectiva temporal, fato este imprescindível.

A divisão da economia-mundo no horizonte temporal é realizada através do estudo dos ciclos econômicos, particularmente ciclos de longo prazo, quais sejam: o Trend Secular e o Kondratieff. O autor reconhece, logo de início, as dificuldades de se comprovar a existência ou não dos ciclos de longo prazo nas economias antigas pré-industriais. Entretanto, acredita que a flutuação dos preços seja um indicador importante para estudar a existência desses ciclos antes do século XVIII e assim poder compreender a economia-mundo em suas delimitações temporais, pois os ciclos propiciam elementos importantes que explicam a formação e evolução da economia-mundo capitalista. Nesse sentido, ele cita os trabalhos de Jenny Griziotti Krestchmar e de Gaston Imberst, os quais apontam para a existência de quatro ciclos seculares na Europa. O primeiro ciclo ocorreria entre 1250 a 1507-1510; o segundo 1507-1510 a 1733-1743; o terceiro 1733-1743 a 1896; e por fim, o quarto com início em 1896, sendo o ano de 1974 a data da reversão da tendência do ciclo e sem uma data limite para seu fim.

Braudel traça uma cronologia explicativa das economias-mundos analisando os acontecimentos que ocorreram em cada período e que representam o período culminante da reversão dos ciclos, ou seja, o momento em que emergem crises dando início a fase de descendência do ciclo. O principal acontecimento do primeiro ciclo ocorre em 1350, com a emergência da peste negra e suas várias conseqüências na economia-mundo européia, levando-a a uma crise profunda. O segundo ciclo, em 1650, é marcado por mais um momento de inversão de prosperidade, ocasionado provavelmente pela crise da América mineira e/ou pelas

reversões conjunturais da economia nesse momento. O terceiro ciclo ocorre em 1817 e tem como marco uma transformação significativa da ordem econômica do mundo inteiro. Isso é comprovado pelas crises que se abate na Inglaterra a partir de 1809 e na França, com o colapso do período napoleônico e, concomitantemente, o início de uma nova tendência para os Estados Unidos. O quarto ciclo tem como pico o ano de 1973-1974, tendo seu início a partir de uma crise de conjuntura, mas que ainda é uma incógnita por não ter uma data limite para seu fim, principalmente para os economistas que não acreditam muito na existência desse quarto ciclo.

O ciclo de Kondratieff é considerado por Braudel como um acontecimento que confirma a existência do trend secular. Os motivos e origens dos ciclos de longo prazo, segundo Braudel, têm suas raízes em variáveis exógenas, de modo que o estudo do movimento do sistema mundo no curto prazo e no longo prazo são de grande relevância, tendo em vista que estes dois espaços temporais coexistem e são inseparáveis.

No trabalho, *Prices in Europe from 1450 to 1750*, realizado por Braudel e Sponner, os autores apresentam dados referentes ao movimento de preços na Europa com o objetivo de apresentar a existência de ciclos de longo prazo anterior ao século XVIII. Eles utilizam como mecanismos para analisar o movimento dos preços nesse período a moeda, o preço do trigo, entre outras variáveis para analisar a existência dos ciclos de longo prazo.

Baseado na variação da moeda enquanto unidade de conta, inserido no sistema monetário do período, constata-se que houve um processo de desvalorização, já em marcha antes de 1440, que teve continuidade até mesmo depois de 1750. Todas as moedas na Europa estiveram condenadas a render-se a este movimento básico mais cedo ou mais tarde. Mas o fato é que as desvalorizações do dinheiro unidade de conta tinham repercussões inevitáveis no nível de preços, tanto no curto prazo como no longo prazo.

No caso do trigo, este era o produto mais destacado de todas as economias pré-industriais européias. A partir da formulação de um mapa do movimento dos preços do trigo, Braudel e Sponner, assim como outros historiadores, apresentam quatro fases que apontam para a existência de ciclo de longa duração: uma queda, ou melhor uma detenção no século XV; uma subida no século XVI que continua no século XVII; logo depois uma queda entre 1720-50 aproximadamente; finalmente uma nova inflação no século XVIII. Entre o século XV e XVIII a Europa tinha uma capacidade limitada da indústria pesada. Esta somente seria concebida muito mais tarde, mas alguns produtos como o ferro, o estanho e o cobre já forneciam indicações do movimento de preços nesse período que apontam para a existência dos ciclos de longo prazo.

Braudel e Sponner lembram que o capitalismo, enquanto uma estrutura social e econômica, é um fenômeno com significado duradouro. Logo, não se pode tentar explicá-lo a todo custo em termos de duração curta ou relativamente curta. Qualquer que seja a definição dada ao capitalismo deve se levar em consideração que é um fenômeno o qual germinou lentamente. Portanto, conclui os autores, a história dos preços tal como tem sido estudada até agora não dá uma resposta satisfatória das questões básicas, mas revela a extraordinária diversificação do mundo dividido em muitas unidades, os vínculos que agrupam algumas destas unidades e por fim evidencia a tendência da Europa a funcionar-se, conforme o tempo transcorria, em um destino econômico comum.

Reflexão e Ponderações sobre a divisão da Economia-Mundo Capitalista a Partir da Utilização dos Ciclos Econômicos

Ante mesmo de F. Braudel apresentar a discussão sobre sistema mundo, o historiador Immanuel Wallerstein¹³ já tinha feito um relevante trabalho sobre o conceito de economia-mundo. Para Este autor, a economia-mundo européia capitalista emerge basicamente no século XVI e a sua definição básica de economia-mundo é de uma entidade econômica, mas não política, onde os estados-nações eram interligados estritamente pelos laços econômicos. A partir do conhecimento da obra de Wallerstein¹⁴, pode-se argumentar que um das grandes contribuições de Braudel no debate sobre o conceito de economia-mundo reside no fato dele ter aventado para o surgimento do sistema mundo europeu antes mesmo do século XVI e, para consolidar a sua argumentação, o mecanismo utilizado foi analisar a economia-mundo dentro de uma perspectiva espacial e temporal. Neste trabalho, o grande ponto a ser debatido é o fato de Braudel ter defendido a hipótese da existência de ciclos de longo prazo antes do século XVIII e, concomitantemente, corroborar com a tese de que são as variáveis exógenas que impulsionam os ciclos.

¹³ “Eu procurava descrever o sistema mundial a um certo nível de abstração, o da evolução de estruturas do sistema global. Estava interessado em descrever acontecimentos particulares apenas na medida em que eles lançassem luz sobre o sistema como exemplos típicos de um qualquer mecanismo ou fossem os momentos decisivos em alguma importante mudança institucional”. (WALLERSTEIN, 1974, p. 19)

¹⁴ “Afirmo que uma economia-mundo é uma invenção do mundo moderno. Não é bem assim. Existiram economias-mundo antes. Mas transformaram-se sempre em impérios: China, Pérsia, Roma. A economia-mundo moderna poderia ter ido na mesma direção – na realidade pareceu esporadicamente que assim aconteceria – mas as técnicas do capitalismo moderno e a tecnologia da ciência moderna, que estão, como sabemos, ligadas por alguma forma, permitiram que esta economia-mundo prosperasse, produzisse e se expandisse sem a emergência de uma estrutura política unificada. (WALLERSTEIN, 1974, p. 26)

Na economia-mundo capitalista a presença dos ciclos conjunturais, com suas fases de expansão e contração, geram inúmeras controvérsias. Há, portanto, um intenso debate entre economistas e historiadores sobre a existência dos ciclos. O que parece é que predomina uma descrença maior em relação aos ciclos do tipo trend secular, enquanto em relação aos ciclos do tipo Kondratieff prevalece uma importante discussão entre os céticos e aqueles que acreditam, mas sempre levantando algumas ponderações. Acredito que a linha de trabalho que consiste no exame minucioso do ciclo econômico como um fenômeno empírico, buscando identificar a sua profundidade, sua duração e todas as suas relações em cadeia, é mais importante no sentido de melhor corroborar para compreender melhor a economia capitalista. É preciso estar atento para o fato de que, esse meritório debate ocorre entre os que acreditam e os que não acreditam na frequência dos ciclos a partir do século XVIII, período este em que a economia-mundo capitalista já está em um estágio mais avançado. Entretanto, acredito que o trabalho de Braudel chama a atenção pelo motivo dele ter apontado para a existência dos ciclos de longo prazo antes do século XVIII com o objetivo de estudar a economia-mundo capitalista.

Para identificar a existência dos ciclos antes do século XVIII, Braudel utiliza como principal variável de análise os preços, particularmente preços do trigo e da moeda enquanto unidade de conta. É a partir do movimento dos preços que ele observa as oscilações da economia capitalista em sua formação e desenvolvimento. Mariutti¹⁵ faz uma reflexão sobre como ocorre esse movimento dos preços, afirmando que no período compreendido entre 1500 e 1800 as flutuações correspondem às crises do Antigo Regime, ou seja, oscilações fortemente correlacionadas às colheitas e sua influência sobre os preços dos cereais e do pão. Logo, o que se pode deduzir a partir da análise dos ciclos baseada no movimento dos preços é que um período de colheitas ruins faz com que o preço dos cereais se elevem abruptamente. Havendo, portanto, uma correlação negativa entre a ascensão dos preços e os períodos de prosperidade¹⁶.

Mesmo reconhecendo a importância e ousadia de Braudel em afirmar que houve ciclos de longo prazo antes do século XVIII e assim dividir a economia-mundo capitalista numa

¹⁵ (MARIUTTI, Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu, 2003)

¹⁶ Segundo Mariutti, “no período posterior a 1800 a situação muda de figura. Em primeiro lugar, a economia deixa de repousar quase exclusivamente no setor agrário e desenvolve um componente industrial, fato que por si só reduz o impacto das flutuações nas colheitas sobre o desempenho geral da economia. Em segundo lugar, concomitante ao desenvolvimento do setor industrial, o custo de transporte tende a cair radicalmente, o que altera os termos do problema: as diferenças regionais entre os preços agrícolas tendem a diminuir. Neste caso, com relação às nossas considerações sobre o período anterior, a correlação inverte-se: a alta nos preços passa a indicar os períodos de prosperidade, porque os preços elevados – fruto do desequilíbrio entre a oferta e a demanda – estimulam a expansão da produção” (MARIUTTI, Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu, 2003, p. 43)

perspectiva temporal, acredito que o uso das variáveis por Braudel não oferecem consistência e sólida segurança na afirmação da existência dos ciclos antes do século XVIII. A gama de variáveis utilizadas por Kondratieff para examinar o comportamento da economia capitalista e formular a sua teoria dos ciclos de longo prazo foi bem mais ampla, o que lhe possibilitou uma maior facilidade para identificar os movimentos cíclicos. Mesmo com o uso de um maior número de variáveis econômicas, a teoria dos ciclos de Kondratieff gerou bastantes discussões a respeito da sua validade. Obviamente que o período estudado por Braudel não propicia a oferta de uma quantidade de dados ampla para ser estudados e assim formular com mais precisão a teoria da existência dos ciclos antes do século XVIII, mas isso também não pode ser utilizado como argumento para justificar a imprecisão dos seus argumentos. Logo, a questão que deve ser colocada em questão frente à afirmação da existência dos ciclos em um período inicial da formação da economia-mundo capitalista é a validade do uso de uma pequena gama de variáveis entre o século XV e XVII, fato este que torna muito impreciso a sua comprovação, de modo que as dúvidas acerca do trabalho de Braudel nessa perspectiva temporal, ao mesmo tempo em que é meritória, torna-se também, em certa medida, imprecisa e relativamente inconsistente.

Um outro ponto relevante a ser discutido sobre os ciclos de longo prazo são os fatores que originam os movimentos de expansão e reversão dos ciclos. Para Braudel, as variáveis exógenas são as fontes que impulsionam os ciclos. Entretanto, muito se discute sobre as explicações exógenas e endógenas que determinam os ciclos longos na economia capitalista. É pertinente salientar que Arruda (1980) chama a atenção para o fato de que no quadro do Antigo Regime, as explicações têm que ser necessariamente diferentes das da era pós-industrial. Se após o século XVIII os fatores endógenos adquirem maior peso, antes desse período os fatores exógenos têm uma maior relevância, na medida em que as guerras, secas, fomes, pestes, alteram o equilíbrio da estrutura demográfica e corroboram para o movimento das conjunturas de curta e longa duração. Entretanto, como Braudel trabalha em sua obra com quatro movimentos cíclicos, é essencial analisar o debate sobre os determinantes dos ciclos de longo prazo.

Segundo Arruda (1980), os fatores exógenos geralmente apontados são os seguintes: inovações científicas e tecnológicas ou reorganização dos fatores de produção, expansão territorial e novos recursos naturais; descoberta de ouro ou prata, injeção monetária excessiva que estimula as atividades econômicas, etc. Já em relação aos fatores endógenos, os ciclos econômicos são considerados como a expressão direta de mecanismos interiores ao próprio sistema econômico, e que provocam flutuações orgânicas de geração espontânea, de tal modo

que cada expansão é responsável pela recessão e contração seguintes, e cada contração tem condições de gerar a recuperação e a expansão numa cadeia regular recorrente.

Para Kondratieff, os principais determinantes dos movimentos cíclicos eram as variáveis endógenas ao próprio sistema capitalista. Nesse intuito, com a crise do capitalismo no início do século XX, particularmente após a grande crise de 1920, muitos pensadores e estudiosos passaram a corroborar com a idéia de que as crises do capitalismo estavam vinculadas ao próprio sistema, ou seja, é inerente ao modo de produção capitalista uma tendência a movimentos cíclicos. Entre os principais defensores dessa idéia, acredito que John M. Keynes e Michal Kalecki elaboraram trabalhos essenciais para pensar os ciclos na economia capitalista. O argumento principal de ambos os autores é o de que o investimento exerce papel primordial na economia capitalista, para Keynes no estímulo da demanda agregada e, Kalecki acrescenta, na criação de capacidade produtiva. Logo, a conclusão básica é a de que a natureza dual do investimento agregado, determina a demanda agregada e, concomitantemente, é um elemento criador da capacidade produtiva. Logo, o investimento gera demanda e capacidade produtiva. A partir dessa perspectiva, o movimento cíclico emerge quando o investimento exercer um efeito mais forte na demanda do que na geração de capacidade produtiva, levando a expansão da economia. A crise viria com a geração da capacidade produtiva maior do que a demanda, dando início assim a reversão do ciclo econômico. Portanto, a partir dessa análise o que fica claro é o relevante papel que o investimento exerce na economia capitalista, dando um caráter endógeno a sua tendência cíclica.

Conclusões:

Esta explicação sobre a dinâmica das ondas gerou várias críticas quando o interesse pelo estudo dos ciclos ressurgiu. A idéia do caráter exógeno da determinação das ondas longas ressurgiu sob novas formas, revigorando, por exemplo, o papel externo desempenhado pelas inovações tecnológicas sobre as flutuações da economia. Um dos principais defensores dessa retomada das variáveis exógenas como determinantes dos ciclos foi Joseph Schumpeter. Para este autor, o que determina os ciclos na economia são variáveis exógenas, particularmente as inovações tecnológicas, que no sistema capitalista é uma tendência constante emergir em um intervalo relativamente longo de tempo. Na concepção schumpeteriana, os longos ciclos resultam da conjugação de um movimento de inovações, que

cria um setor líder na economia, ou melhor, um novo paradigma tecnológico, que impulsiona o crescimento rápido da economia com as constantes transformações proporcionadas pelo choque tecnológico. A tendência de reversão ocorre quando o paradigma tecnológico começa a passar por um momento de deterioração e estagnação.

O debate sobre quais os determinantes dos movimentos cíclicos é de fundamental importância para uma maior compreensão da dinâmica da economia-mundo capitalista. Mesmo havendo essa oposição entre os defensores dos fatores exógenos e endógenos, ambas correntes contribuem meritoriamente para o estudo dos ciclos econômicos. Logo, é essencial voltar os olhos para as variáveis exógenas e endógenas no estudo dos ciclos.

Nesse momento, mesmo reconhecendo as dificuldades de utilizar os dados antes do século XVIII para se fazer um estudo mais preciso da existência dos ciclos econômicos na economia-mundo capitalista, deve-se considerar a importância do trabalho de Braudel na divisão do sistema mundo numa perspectiva espacial e temporal, principalmente na sua empreitada em fazer uma significativa pesquisa em estudar o movimento cíclicos entre 1440 e 1750. Além do mais, como o próprio Arruda (1980) chama a atenção sobre o papel das variáveis exógenas antes do século XVIII como o melhor mecanismo de estudar os ciclos, acredito ser importante também levar em consideração as variáveis endógenas ao próprio sistema capitalista como mecanismo propulsor do ciclo econômico.

A existência do quarto ciclo de Kondratieff no trabalho de Braudel que teria seu ponto de reversão entre 1973-1974 é muito questionável, pois não existem indicadores de que de fato ele tenha ocorrido, pois a economia mundial nos anos 1990 e 2000 têm apresentado um movimento de uma relativa recuperação. Mas o mais complexo e crítico no trabalho de Braudel foi ele ter levantado algumas “futurologia” sobre os rumos da economia-mundo capitalista, utilizando argumentos que não são condizentes com os acontecimentos recentes como, por exemplo, uma suposta explosão demográfica mundial. Portanto, não acredito que a utilização do estudo sobre os ciclos econômicos na economia capitalista seja um instrumento para fazer previsões, mas sim para analisar o comportamento do sistema.

Uma última observação a ser feita é ao fato de ser muito comum prevalecer nas discussões sobre os ciclos na economia capitalista as questões de ordem econômica. Entrementes, Mariutti (2003) aventa para um fato meritório quando afirma que não se pode analisar dos ciclos numa visão estritamente econômica, mas também se devem levar em consideração as relações sociais onde reside um demasiado conflito de classes quem tem implicações importantes nos movimentos cíclicos.

Bibliografia

- ARRUDA, J. J. (1998). *"Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica"*, In: *Economia e Sociedade* (Vols. nº 10, junho). Campinas: Revista do instituto de Economia da UNICAMP.
- ARRUDA, J. J. (1980). *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática.
- BLOCH, M. (2002). *A pologia da história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BRAUDEL, F. (1996). *Civilização material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII* (Vol. 3). São Paulo: Martins Fontes.
- BRAUDEL, F. (1985). *La Dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion.
- BRAUDEL, F., & SPONNER, F. (1971). *Prices in Europe from 1450 to 1750* . *Cambride Economic History of Europe* (2ª ed., Vol. IV). Cambridge.
- BRENNER, Robert;. (1985). *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. (T. ASTON, & C. PHILPIN, Eds.) Cambridge: Cambridge University Press.
- CARVALHO, F. J., & HERMANNY, P. F. (2001). *Ciclos e previsão Cíclica: O debate teórico e um modelo de indicadores antecedentes para a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro.
- CIPOLLA, C. M. (1993). *Introdução ao estudo da história econômica*. Bologna: Edições 70.
- DOSSE, F. (2003). *A história em migalhas, dos Annales à nova história*. Bauru: EDUSC.
- EAGLETON, T. (2002). *Marxism and literacy criticism*. London: Routledge.
- FEBVRE, L. (2004). *A Europa, gênese de uma civilização*. Bauru, SP: EDUSC.
- FONTANA, J. (1998). *História, análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC.
- KALECKI, M. (1977). *Aspectos políticos do pleno emprego* In: KALECKI, Michal. *Aspectos políticos do pleno emprego* In *Crescimento e Ciclos das Economias Capitalistas*. São Paulo: HUCITEC.
- KALECKI, M. (1980). *Três caminhos para o pleno emprego* In *Col. Grandes Cientistas Sociais*. (J. MIGLIONI, Ed.) São Paulo: Ática.
- KEYNES, J. M. (1992). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas.
- LE GOFF, Jacques;. (2006). *La Nouvelle Histoire*. (J. LE GOFF, Éd.) Bruxelles: Éditions Complexe.
- MARIUTTI, E. B. (2004). *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo: HUCITEC.

MARIUTTI, E. B. (2003). *Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu*. Campinas: UNICAMP.

SCHUMPETER, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico, uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Atlas.

WALLERSTEIN, I. (1974). *A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI* (Vol. I). Porto: Edições Afrontamento.